HISTÓRIA DA HIPOCRISIA

Brian Gordon Lutalo Kibuuka

DRAFT

SUMÁRIO

Índice de abreviaturas **6**
Índice de tabelas **8**
Índice de figuras **9**
INTRODUÇÃO: Como escrever uma história da hipocrisia **10**
Uma história cultural da confiança e do julgamento 11
O objeto histórico e os sentidos das palavras 13
A interioridade e a expressão das emoções 15
As fontes e a construção da prova 17
Credibilidade e relações de desigualdade 19
Tempos e espaços da investigação 21
O percurso dos sete capítulos 22
Crítica histórica e responsabilidade 23
CAPÍTULO 1: A máscara antes do pecado **25**
1.1 Vocabulário da resposta e da representação 26
1.2 Voz, máscara e presença cênica 29
1.3 O desempenho diante da cidade 33
1.4 Retórica, caráter e credibilidade 38
1.5 Representação, engano e acusação 45
1.6 Ironia socrática e reserva 50
1.7 Platão, os sofistas e a produção de aparências 53
1.8 Imitação, caráter e educação dos afetos 56
1.9 Fisiognomonia e interpretação do corpo 59
1.10 Vergonha, honra e reputação 62
1.11 *Persona*, papéis e dignidade 65
1.12 Simulação, dissimulação e dever 69
1.13 Cícero e a prova do caráter 71
1.14 Corte imperial, adulação e medo 74
1.15 Reserva estoica e liberdade 76
CAPÍTULO 2: Diante de Deus e a formação do julgamento sobre o hipócrita **82**
2.1 Culto, juramento e falso testemunho 82
2.2 A crítica profética à piedade sem justiça 87
2.3 Coração, fidelidade e vida comum 93
2.4 Pureza, responsabilidade e pertencimento 96
2.5 Tradução e limites de equivalência 99
2.6 *Hypokritḗs* e a crítica da falsa piedade 102
2.7 Esmola, oração e jejum sob o olhar público 104
2.8 Exterior, interior e o valor dos gestos 108
2.9 Julgar o outro e responder por si 111
2.10 Escribas, fariseus e a memória das acusações 113
2.11 Lucas, Paulo e as primeiras comunidades 115
2.12 Os Padres da Igreja e o teatro do mundo 119
2.13 Deserto, ascese e vanglória 122
2.14 Lágrimas, arrependimento e reconhecimento 124
2.15 Confissão, intenção e exame da consciência 127
2.16 O demônio como imitador do bem 130
2.17 Aparência do bem e discernimento dos espíritos 133
CAPÍTULO 3: Reputação, corte e sobrevivência **137**
3.1 Juramentos, crédito e confiança nos mercados medievais 139
3.2 Fama pública, rumor e infâmia 141
3.3 Santos, visionários e impostores 145
3.4 Heresia, inquisição e o exame das consciências 148
3.5 Mulheres, pobres, estrangeiros e a desigualdade da suspeita 150
3.6 Cortesia, autocontrole e disciplina do gesto 152

DRAFT

3.7 A corte como escola de observação 155
3.8 *Sprezzatura*: parecer natural por meio da arte 157
3.9 Segredo, diplomacia e fidelidades concorrentes 160
3.10 A dissimulação honesta e seus limites morais 163
3.11 Reformas religiosas e policiamento da crença 166
3.12 Nicodemismo, conversões forçadas e práticas clandestinas 170
3.13 Martírio, conformidade pública e sobrevivência 173
3.14 Missionários, conversões e suspeita imperial 176
3.15 Tradução cultural e disputas de autoridade 178
3.16 Professar a fé e desmentir a conquista 181
CAPÍTULO 4: O teatro da sinceridade 185
4.1 Barroco, aparência e instabilidade 187
4.2 Razão de Estado e rosto do soberano 190
4.3 Casuística, intenção e acomodação moral 193
4.4 Comédia, sátira e o prazer de desmascarar 197
4.5 A hipocrisia na crítica à vida de corte 200
4.6 Interioridade, consciência e o julgamento de si 203
4.7 Diários, cartas e autobiografias como provas de si 205
4.8 Rousseau e o desejo de transparência 208
4.9 Lágrimas, rubor e espontaneidade como sinais de verdade 211
4.10 O paradoxo de representar a própria sinceridade 214
4.11 A virtude republicana e o cidadão incorruptível 216
4.12 Opinião pública, imprensa e caricatura 220
4.13 Denúncia, vigilância e pureza política 224
4.14 O Terror e a impossibilidade de provar a intenção 227
4.15 O revolucionário como ator e juiz de atores 229
CAPÍTULO 5: A dupla moral do século XIX 234
5.1 Casa, rua e a divisão moral dos espaços 235
5.2 Gênero, sexualidade e o duplo padrão 238
5.3 Caridade, filantropia e distinção social 241
5.4 Anonimato urbano, segredo e escândalo 244
5.5 O romance como laboratório da duplicidade 248
5.6 A missão civilizadora e suas contradições 253
5.7 Cristianismo, escravidão e exploração do trabalho 256
5.8 A acusação abolicionista de hipocrisia 259
5.9 Liberalismo metropolitano e violência colonial 262
5.10 Intelectuais negros e colonizados desmascaram a moral europeia 265
5.11 Marx: ideologia, interesse e moral de classe 269
5.12 Nietzsche: genealogia, ressentimento e máscaras da virtude 272
5.13 Freud: repressão, racionalização e autoengano 275
5.14 A modernidade como escola da suspeita 278
CAPÍTULO 6: Massas, ideologias e imagens 282
6.1 Propaganda, entusiasmo e coreografias da adesão 284
6.2 Autocrítica, confissão partidária e pureza doutrinária 286
6.3 Dupla linguagem e verdade oficial 289
6.4 Fala reservada, denúncia e medo 292
6.5 Entre sobrevivência, cumplicidade e resistência 293
6.6 Burocracia, formulário e distância moral 296
6.7 Papel profissional e conflitos de consciência 298
6.8 Neutralidade, obediência e responsabilidade 300
6.9 Autoridade institucional e produção de fachadas 303
6.10 Denunciantes, dissidentes e o custo de dizer a verdade 306
6.11 Publicidade e fabricação do desejo 309
6.12 Relações públicas, reputação e controle de danos 311
6.13 Filantropia empresarial e responsabilidade social 314

DRAFT

6.14 Contracultura, espontaneidade e recusa das convenções....317
6.15 Quando “ser autêntico” se torna uma mercadoria....319
CAPÍTULO 7: A máscara transparente....325
7.1 Trabalho emocional e personalidade administrada....326
7.1.1 Corpo, voz e avaliação do serviço....327
7.1.2 Cuidado, domesticidade e desigualdade....329
7.1.3 Queixa e entusiasmo compulsório....330
7.1.4 Disponibilidade e limites da leitura emocional....333
7.1.5 Precariedade e marca pessoal....335
7.2 Intimidade, segredo e verdades seletivas....337
7.2.1 A veracidade e o direito de perguntar....339
7.2.2 Consentimento e verdade clínica....340
7.2.3 Família, confidência e identidade....342
7.2.4 Segredo profissional e controle da informação....344
7.2.5 Infância e memória digital....347
7.2.6 Franqueza e responsabilidade....348
7.3 Hipocrisia digital e política do desmascaramento....349
7.3.1 A política dos sinais e da indignação....351
7.3.2 Desculpa, punição e reintegração....354
7.3.3 Recomendação e governo das plataformas....356
7.3.4 Prova sintética e públicos fabricados....359
7.4 Todos são atores, todos são plateia....362
Considerações Finais....365
É possível viver sem máscaras?....365
Da palavra à distribuição da autoridade....365
A diferença entre falhar e reservar para si uma exceção....366
O direito à reserva e a obrigação de responder....367
Julgar sem possuir a interioridade....368
Depois da revelação....370
Cronologia histórica....372
Antiguidade e formação dos vocabulários religiosos....372
Séculos VIII–VI a.C. — Crítica profética e justiça....372
458 a.C. — A apresentação da Oresteia....372
Século IV a.C. — Aristóteles e as diferenças da representação....372
A partir do período helenístico — Traduções judaicas para o grego....372
44 a.C. — *De officiis* de Cícero....372
Século I d.C. — Tradições evangélicas e redação de Mateus....373
Fim do século I e início do II, aproximadamente — A *Didaquê*....373
Primeira metade do século II — O ensinamento de Epicteto....373
Fim do século IV e início do V — Agostinho....373
Exame, reputação e prudência....373
1215 — O IV Concílio de Latrão....373
1431 — O processo de Joana d’Arc....373
1528 — A publicação de *Il libro del Cortegiano*....374
1530 — A civilidade dos jovens em Erasmo....374
1544 — A *Excuse à messieurs les Nicodémites*....374
1641 — *Della dissimulazione onesta*....374
1664–1669 — As apresentações e a autorização de *Tartuffe*....374
1678 — A quinta edição das Máximas....374
Décadas de 1760–1780 — Rousseau e a exposição de si....374
1793–1794 — Virtude política e suspeita revolucionária....375
Respeitabilidade, crítica social e organizações....375
1835 — Macaulay e a educação colonial....375
1845 — A condição da classe trabalhadora na Inglaterra....375
1852 — Frederick Douglass e o Quatro de Julho....375

DRAFT

1861 — A publicação de *Incidents in the Life of a Slave Girl* 375
1867 — O primeiro livro de O capital 375
1883 — O abolicionismo de Joaquim Nabuco 376
1886–1887 — Duplicidade literária e genealogia 376
1890 — Warren, Brandeis e o direito à privacidade 376
1893–1915 — Conflito psíquico e repressão 376
1906 — A *Declaration of Principles* de Ivy Lee 376
1928 — *Propaganda* de Edward Bernays 376
1933 — A dissolução dos sindicatos alemães 377
1936–1938 — Os processos de Moscou 377
1959 — A edição norte-americana de *The Presentation of Self in Everyday Life* 377
1961–1963 — Julgamento, obediência e responsabilidade 377
1972 — *Sincerity and Authenticity* 377
1978 — Bok e Havel 377
1983 — *The Managed Heart* 378
1984 — *Ordinary Vices* 378
1990 — *Epistemology of the Closet* 378
2004 — A integridade contextual 378
2013 — Inferência de atributos a partir de registros digitais 378
2017 — Condenação moral e circulação digital 378
2018–2020 — Classificação, reconhecimento e fala moral 379
2024–2026 — Indignação, prova sintética e regulação 379
Léxico histórico 380
ὑποκρίνομαι (*hypokrínomai*), ὑπόκρισις (*hypókrisis*) e ὑποκριτής (*hypokritḗs*) 380
εἰρωνεία (*eirōneía*), ἀλαζονεία (*alazoneía*) e ἀλαζών (*alazṓn*) 380
μίμησις (*mímēsis*), ἦθος (*êthos*) e ὑπόκρισις (*hypókrisis*) retórica 380
persona 381
simulatio, *dissimulatio* e *fictio* 381
לֵב (*lēb*), לְבָב (*lēbāb*), חָנֵף (*ḥānēp*) e שָׁוְא (*šāwʾ*) 381
confissão, consciência e ἐξομολόγησις (*exomológēsis*) 382
fama, *infamia* e *notorietas* 382
nicodemismo, conformidade e dissimulação honesta 382
decorum, *sprezzatura* e civilidade 383
sinceridade, autenticidade e transparência 383
virtude republicana, incorruptibilidade e suspeita 383
ideologia, *Charaktermaske* e hipocrisia estrutural 383
ressentiment, genealogia e autoengano 384
repressão, racionalização e inconsciente 384
propaganda, verdade oficial e dupla linguagem 384
burocracia, neutralidade e responsabilidade 385
trabalho emocional, *surface acting* e *deep acting* 385
privacidade, opacidade e παρρησία (*parrēsía*) 385
sinalização de virtude, *moral grandstanding* e ativismo performático 386
persona digital, colapso de contexto e visibilidade algorítmica 386
hipocrisia individual, institucional e organizacional 386
Referências 387
Referências complementares das imagens 413
Índice onomástico 414
Índice de autores 430

DRAFT

Índice de abreviaturas

Convenções de referência

a.C. antes de Cristo
d.C. depois de Cristo
c. cerca de; datação aproximada
art.; arts. artigo; artigos
cap.; caps. capítulo; capítulos
cols. colunas
doc. documento
ed.; eds. edição ou editor; editores, conforme o contexto
et al. *et alii*; e outros autores
fig. figura
inv. inventário
n. número
org. organizador ou organizadora
p.; pp. página; páginas
pr. prancha
trad. tradução ou tradutor, conforme o contexto
vol.; vols. volume; volumes
vv. versos
§; §§ parágrafo; parágrafos

Livros bíblicos

1Co Primeira Carta aos Coríntios
1Jo Primeira Carta de João
1Pe Primeira Carta de Pedro
1Rs Primeiro Livro dos Reis
1Sm Primeiro Livro de Samuel
1Tm Primeira Carta a Timóteo
2Co Segunda Carta aos Coríntios
2Cr Segundo Livro das Crônicas
2Mc Segundo Livro dos Macabeus
2Rs Segundo Livro dos Reis
2Tm Segunda Carta a Timóteo
Am Amós
At Atos dos Apóstolos
Dt Deuteronômio
Ez Ezequiel
Fp Carta aos Filipenses
Gl Carta aos Gálatas
Hb Carta aos Hebreus
Is Isaías
Jo Evangelho de João
Jó Livro de Jó
Jr Jeremias
Jz Juízes

DRAFT

Lc Evangelho de Lucas
Lv Levítico
Mc Evangelho de Marcos
Mq Miqueias
Mt Evangelho de Mateus
Nm Números
Os Oseias
Pr Provérbios
Rm Carta aos Romanos
Sl Salmos
Tg Carta de Tiago

Siglas e corpora

CID-11 Classificação Internacional de Doenças, 11.ª revisão
DNA ácido desoxirribonucleico
IA inteligência artificial
IG *Inscriptiones Graecae*
LGPD Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
LXX Septuaginta; tradição grega dos Setenta
MT Texto Massorético
NASA *National Aeronautics and Space Administration*
NSDAP *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*; Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães
SA *Sturmabteilung*; organização paramilitar nacional-socialista
SBLGNT *The Greek New Testament: SBL Edition*; Novo Testamento grego da Society of Biblical Literature
SS *Schutzstaffel*; organização nacional-socialista
TPC *Tournament Players Club*
UE União Europeia
UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USC *United States Code*; código legislativo federal dos Estados Unidos
YHWH transliteração consonantal do tetragrama hebraico יהוה

DRAFT

Índice de tabelas

Quadros explicativos dos sentidos de hipocrisia, inseridos ao final dos sete capítulos.

Quadro 1. Interpretação, desempenho e autoridade moral 81
Quadro 2. Piedade, justiça e discernimento 136
Quadro 3. Crédito, reputação e sobrevivência 184
Quadro 4. Sinceridade, representação e suspeita 233
Quadro 5. Respeitabilidade, dupla moral e crítica da suspeita 281
Quadro 6. Adesão, responsabilidade e reputação institucional 324
Quadro 7. Trabalho emocional, reserva e visibilidade digital 364

DRAFT

Índice de figuras

Figura 1. Vaso de Pronomos, face A 25
Figura 2. Vaso de Pronomos, face B 25
Figura 3. O martírio de Thomas Cranmer na edição de Foxe de 1570 174
Figura 4. Diego Velázquez, Las Meninas 189
Figura 5. Hyacinthe Rigaud, Luís XIV 191
Figura 6. Allan Ramsay, Margaret Lindsay de Evelick 213
Figura 7. Jacques-Louis David, Os lictores trazem a Bruto os corpos de seus filhos 218
Figura 8. O terceiro estado sustenta o clero e a nobreza 222
Figura 9. A família real reconduzida ao estábulo 223
Figura 10. Folha de rosto da edição comercial do processo de Madeleine Smith 246
Figura 11. Estudantes e membros da SA durante a queima de livros em Berlim 303

DRAFT

INTRODUÇÃO: COMO ESCREVER UMA HISTÓRIA DA HIPOCRISIA

> *"A anti-hipocrisia é uma esplêndida arma de guerra psíquica, mas não um princípio de governo."*
>
> Judith Nisse Shklar, *Ordinary Vices* (1984, 69)

Esta obra trata da hipocrisia e das condições históricas que tornam possível praticá-la, reconhecê-la e denunciá-la. Reúne acusações, tratados, obras literárias, cartas, imagens, postagens e outros documentos nos quais a hipocrisia é descrita, combatida ou exercida pelo próprio discurso que pretende condená-la. Interessa-nos compreender como a distância entre a imagem moral reivindicada e as condutas adquiriu significados diferentes no tempo, quais expectativas tornaram essa distância reconhecível e de que maneira uma aparência de virtude pôde produzir confiança, reconhecimento e autoridade. A possibilidade histórica de ser hipócrita será examinada em relação aos compromissos que pessoas e instituições podiam assumir, às vantagens obtidas ao parecer cumpri-los e aos recursos disponíveis para contestar essa aparência.

Conhecemos as práticas atribuídas aos hipócritas pelos vestígios que deixaram e pelas narrativas nas quais eles próprios ou seus acusadores as tornaram reconhecíveis. A denúncia tem especial importância: acusar alguém de hipocrisia é disputar a autoridade que essa pessoa reivindica para agir. O acusador confronta o acusado, apresenta sua conduta a terceiros e procura demonstrar que as suas palavras, gestos ou compromissos receberam uma confiança que não mereciam. Essa confiança pode acompanhar uma função, uma reputação ou o pertencimento a uma instituição, dispensando declarações explícitas de virtude. Há pessoas que precisam anunciar sua honestidade; outras encontram a apresentação pronta no cargo que ocupam. A acusação procura romper essa associação entre posição e credibilidade.

A comédia *Tartuffe*, de Molière, põe em cena a dificuldade de reconhecer uma fraude quando a confiança já organiza o julgamento. Quando Damis denuncia a conduta de Tartufo, Orgon se volta contra o seu filho e preserva a confiança no seu protegido. Tartufo se apresenta como um pecador, mas a sua autodepreciação é recebida como um sinal de humildade. A confissão de Tartufo chega aos ouvidos de Orgon vestida de absolvição (Molière [1669] 2016, 54–56, III.6). Mais adiante, Elmire organiza uma situação na qual o marido pode ouvir, escondido, aquilo que antes se recusava a reconhecer. A mudança de opinião depende das condições em que a conduta se torna perceptível e o testemunho anteriormente recusado encontra confirmação (Molière [1669] 2016, 64–70, IV.4–7). Voltaremos à peça no quarto capítulo, quando o prazer de reconhecer o impostor encontrará uma dificuldade bastante humana: enxergar o engano dos outros costuma ser mais confortável do que rever as razões pelas quais confiamos nas pessoas.

Como obra teatral, *Tartuffe* permite investigar as formas culturais pelas quais se atribuem intenções, se distribuem responsabilidades e se imagina o desmascaramento. Os atos das personagens pertencem ao enredo; o documento histórico é a obra que os organiza e os oferece ao julgamento de seu público. Essa distinção permite estudar a denúncia como uma intervenção, cuja ocorrência e eficácia precisam ser examinadas separadamente da veracidade daquilo que afirma. Uma acusação pode ser verdadeira e desacreditada, falsa e acolhida; pode perder força diante da reputação que pretende destruir ou arruinar uma reputação sem dispor das provas que anuncia. A peça de Molière torna essas possibilidades inteligíveis mediante a ação dramática. Ao acompanhá-las, o historiador investiga os procedimentos de produção e reconhecimento da credibilidade, preservando a diferença entre a representação de uma fraude e a demonstração de sua ocorrência.

O ditado segundo o qual quem cala consente oferece uma conclusão muito rápida para um problema que costuma exigir trabalho. O silêncio pode proteger um abuso, resguardar uma pessoa ameaçada, expressar desconhecimento ou indicar que o interlocutor dispõe do poder de punir qualquer resposta. A hesitação também admite sentidos diferentes, assim como a mudança de posição. Uma história da hipocrisia precisa acompanhar essas situações antes de converter a reserva em culpa

DRAFT

e a revisão de um juízo em oportunismo. Se toda mudança fosse uma fraude, a obstinação teria conquistado, por decreto, o monopólio da honestidade.

Torquato Accetto, em *Della dissimulazione onesta*, publicado em 1641, distingue a fabricação do falso da ocultação circunstancial do verdadeiro e admite, em circunstâncias graves, a reserva destinada a evitar um dano (Accetto [1641] 1930, 150–151). A discussão de Accetto, retomada no terceiro capítulo, permite reconhecer um problema decisivo: o segredo que encobre um abuso e o silêncio que protege alguém contra ele se inscrevem em relações distintas. O objeto ocultado, os riscos da exposição e o poder dos envolvidos participam do julgamento sobre o que deve ser revelado e a quem. A exigência de transparência também tem uma história, e esta nem sempre foi narrada por quem estava disposto a suportar as consequências da "verdade".

É nesse intervalo entre conduta, acusação e demonstração que se organiza a nossa investigação. Perguntaremos como a distância entre o que se declara e o que se pratica adquiriu diferentes significados morais e por que certas maneiras de falar, sentir e aparecer foram reconhecidas como sinais de verdade nos contextos históricos examinados. Quem assume um compromisso pode fracassar em cumpri-lo. Também pode administrar cuidadosamente a aparência de cumpri-lo, preservando para si a confiança e as vantagens que o compromisso proporciona. A questão histórica envolve o que a palavra leva a esperar, o que a prática produz e como um agente estabelece uma relação entre ambas.

Uma pesquisa contemporânea ajuda a formular essa pergunta. Em experimentos com participantes recrutados pela plataforma Amazon Mechanical Turk nos Estados Unidos, Jillian Jordan e seus colaboradores encontraram evidências de que a condenação moral de uma conduta podia levar os avaliadores a atribuir melhor caráter à pessoa que a condenava. Quando essa pessoa era apresentada como praticante da mesma transgressão, a reprovação aumentava; o reconhecimento explícito da própria falta atenuava esse julgamento, embora permanecesse a divergência entre a norma e o comportamento. Os resultados sustentam a interpretação de que parte da reprovação da hipocrisia se relaciona ao sinal enganoso de virtude comunicado pela censura (Jordan et al. 2017, 356–368, estudos 1–5). O alcance desses experimentos permanece ligado às situações e aos participantes examinados. Para esta investigação histórica, eles ajudam a formular uma pergunta, cuja resposta dependerá dos documentos de cada contexto: que informação sobre si mesmo alguém comunica quando reivindica autoridade para condenar os demais?

Também o discurso de quem desmascara pode construir uma posição moral vantajosa. O denunciante pode se apresentar como perspicaz, corajoso, coerente ou incorruptível, e a acusação pode lhe proporcionar o reconhecimento que a denúncia retirou do acusado. Por essa razão, este livro acompanha tanto quem é acusado quanto quem acusa, reconstrói suas relações quando as fontes o permitem e distingue a eficácia de uma denúncia de sua consistência documental. A hipocrisia possui uma história, e a satisfação de encontrá-la sempre no vizinho também merece exame.

Uma história cultural da confiança e do julgamento

O enquadramento deste livro no campo da História Cultural decorre da maneira como o seu objeto é construído. A hipocrisia se torna historicamente reconhecível em relações nas quais os agentes atribuem significados às condutas, aprendem a identificar sinais de virtude e disputam a autoridade para definir o que merece ou não confiança. Uma palavra, um gesto ou um silêncio passam a significar humildade, cálculo, fidelidade ou falsidade em situações determinadas. Compreender esse processo exige estudar as representações por meio das quais o mundo social é interpretado e as práticas que lhes conferem eficácia. Interessa-nos a formação histórica dos critérios de julgamento e a sua participação na organização da vida comum.

A contribuição de Roger Chartier permite precisar esse ponto. As classificações e representações do mundo social se articulam às posições de quem as produz, aos interesses mobilizados por esses agentes e às práticas mediante as quais os grupos procuram fazer reconhecer a sua identidade e

DRAFT

autoridade. As lutas de representação integram as relações de poder (Chartier 1991, 183–184), enquanto os usos de textos e objetos dependem das condições em que são apropriados (Chartier 1991, 178, 180). Neste livro, isso significa examinar a acusação de hipocrisia como uma intervenção que procura reorganizar o valor social de alguém. Ao chamar uma pessoa de hipócrita, um agente oferece uma interpretação de suas condutas e solicita que outros modifiquem a maneira de tratá-la.

O termo "representação" designa, aqui, processos de produção e reconhecimento de sentido. Uma reputação de piedade pode facilitar o acesso a uma casa, a recursos, à proteção de autoridades ou à intimidade de pessoas que, em outras condições, manteriam distância. A imagem moral participa, portanto, das possibilidades concretas de agir. A História Cultural investiga como esses sentidos se tornam eficazes na distribuição de confiança, proteção e autoridade.

As práticas também participam da constituição dos critérios pelos quais são avaliadas. A repetição de um rito ensina a reconhecer uma disposição religiosa; os procedimentos de um tribunal estabelecem como um testemunho será apresentado; os manuais de comportamento instruem seus leitores a interpretar a postura, a voz e o olhar. Esses critérios circulam, encontram resistências e recebem usos que os seus formuladores nem sempre controlam. O estudo de uma norma ganha alcance quando acompanha os ambientes em que ela é aprendida, os agentes que a aplicam e as maneiras pelas quais pode ser apropriada para fins diferentes. No terceiro capítulo, a compostura cortesã mostrará como o domínio do gesto podia conferir distinção a uns e suscitar desconfiança em outros. O que parecia natural a quem julgava era frequentemente o resultado de um aprendizado social.

A relação entre representações e práticas permite compreender por que a hipocrisia envolve mais do que a comparação imediata entre uma frase dita e um ato praticado. O compromisso com a coerência pode estar inscrito em uma posição: espera-se probidade de um juiz, piedade de quem exerce uma função religiosa, imparcialidade de quem avalia e responsabilidade de quem administra recursos públicos. A força dessas expectativas depende de instituições, cerimônias, narrativas e hábitos que as tornam reconhecíveis. O livro examina como esses vínculos se constituem e em quais circunstâncias uma pessoa consegue conservar a confiança associada à sua posição enquanto age de maneira incompatível com ela. A autoridade pode sobreviver à contradição quando seus titulares dispõem de meios para orientar a explicação que se oferece dela. As hierarquias sociais distribuem desigualmente o poder de definir, justificar e contestar essas incompatibilidades.

Essa abordagem também permite investigar a vida social das acusações. Certas caracterizações são repetidas, ensinadas e incorporadas à memória de personagens e instituições. Outras desaparecem com quem as formulou ou sobrevivem apenas no relato de seus adversários ou críticos. Uma imputação passa a integrar o senso comum quando a história de sua produção deixa de ser lembrada, e aquilo que foi uma interpretação situada começa a circular como um atributo aparentemente evidente do acusado. Examinar esse percurso significa acompanhar cópias, traduções, edições, usos escolares e novas controvérsias de forma crítica. O historiador que encontra um julgamento já em circulação precisa reconstruir as relações que lhe deram a aparência de uma evidência sem autor.

Os suportes materiais participam dessa história. Uma máscara, uma carta, um sermão impresso, um retrato oficial e uma postagem organizam possibilidades diferentes de apresentação e de resposta. A carta seleciona um destinatário e pode ser copiada; a impressão pode ampliar o público; a fotografia conserva um instante; uma gravação permite rever uma fala e também fazê-la circular separada das circunstâncias em que foi pronunciada. O recorte participa da produção do sentido: modifica o que pode ser comparado, quem pode responder e por quanto tempo uma interpretação permanece disponível. O sexto e o sétimo capítulos acompanharão essa transformação em ambientes nos quais a visibilidade se torna um recurso político, profissional e econômico. A cultura, inclusive em sua dimensão material, participa, assim, da constituição e do exercício dessas relações de poder.

Essas relações entre os sentidos atribuídos às condutas e seus efeitos sociais orientam a análise da documentação. A distinção entre uma confissão válida e uma fala suspeita pode decidir uma condenação. A classificação de uma população como inconstante pode justificar novas práticas de tutela. A reputação adquirida por uma empresa pode facilitar a venda de seus produtos. Em cada caso,

DRAFT

o sentido atribuído às condutas participa da distribuição de recursos, da legitimação da autoridade e da exposição à violência. A análise cultural ganha força quando demonstra essas conexões nos documentos. A eficácia dessas classificações depende das relações nas quais seus enunciadores dispõem de meios para fazê-las valer.

A história das emoções e das sensibilidades integra também o enquadramento analítico deste livro. Indignação, vergonha, compaixão, medo e desprezo acompanham o julgamento da hipocrisia e ajudam a organizar a adesão a uma denúncia. O que uma comunidade considera intolerável, o sofrimento que ela reconhece e os gestos com que espera vê-lo expresso formam experiências históricas. A indignação pode nascer de um dano documentável e também ser mobilizada por uma acusação falsa; a compaixão pode favorecer o reconhecimento de uma violência antes tolerada. Perguntaremos como os sentimentos são nomeados, exercitados, narrados e vinculados a formas de agir. A existência de uma dimensão interior da experiência humana convive com esses modos socialmente constituídos de sentir e de conferir sentido ao sentimento.

Monique Scheer (2012, 219–220) propõe compreender as emoções como práticas corporificadas, articuladas a disposições, linguagens, objetos e situações. Essa perspectiva ajuda a examinar o aprendizado da expressão e a participação do corpo na formação de disposições. Barbara Rosenwein (2002, 842), ao discutir comunidades emocionais, chama a atenção para os vínculos e valores pelos quais grupos reconhecem e regulam manifestações afetivas. Pessoas que vivem no mesmo período podem participar de ambientes com expectativas diferentes, e a passagem entre esses ambientes altera o valor dos sinais. Uma manifestação recebida como sinal de humildade em uma comunidade pode indicar, aos olhos de outra, falta de convicção. A investigação precisa localizar quem compartilha esses critérios de avaliação das emoções, quem os contesta e como eles se transformam.

A contribuição da História Cultural está também em tornar visível a distância entre os sentidos disponíveis a quem viveu uma situação e a certeza de quem conhece o seu desfecho. Depois do escândalo, os gestos anteriores podem ser reorganizados como sinais de uma fraude que todos deveriam ter percebido. A discrição pode então ser lida como ocultação; a generosidade, como investimento; a modéstia, como cálculo. Essa releitura tem condições históricas próprias. Ela se apoia em novas informações, em mudanças de público ou na perda da autoridade que protegia o acusado. A investigação acompanha a reputação antes e depois da denúncia, preservando a diferença entre aquilo que era conhecido e aquilo que só mais tarde se tornou acessível.

A hipocrisia será, assim, estudada em três planos relacionados: o das práticas que exploram a confiança sob uma aparência moral; o das acusações que procuram identificar e combater essas práticas; e o das representações que ensinam a reconhecê-las e a narrá-las. Cada um desses planos solicita procedimentos adequados à documentação. Uma acusação historicamente eficaz pode ser falsa, e uma fraude pode ter permanecido sem denúncia. Uma obra literária pode tornar inteligível uma forma de engano sem registrar a sua ocorrência em um episódio determinado. Ao relacionar esses planos, a História Cultural explica a produção dos critérios de reconhecimento e acompanha o que eles permitem fazer. A distinção organiza o argumento e evita que a segurança da linguagem ocupe o lugar da demonstração.

O objeto histórico e os sentidos das palavras

Empregaremos hipocrisia como categoria de análise para investigar a apropriação assimétrica de compromissos morais. A atribuição, em sentido forte, exige demonstrar uma norma reivindicada, as condutas que a contrariam e o uso dessa reivindicação para obter ou conservar confiança, autoridade, vantagens ou isenção de responsabilidade. Esse uso pode envolver a ocultação de práticas incompatíveis com o compromisso ou a preservação de uma exceção para si que se nega aos demais. A posição moral pode ser expressamente anunciada ou estar vinculada ao cargo, à reputação e às obrigações reconhecidas de quem age.

DRAFT

O descumprimento de uma norma, por si só, não permite concluir que houve hipocrisia. É preciso distinguir a hipocrisia do mero erro, da incapacidade, da mudança de convicção e do conflito entre obrigações. Tampouco toda desigualdade publicamente defendida constitui hipocrisia: a análise deve mostrar como a exceção contradiz o alcance que o próprio agente atribui ao princípio invocado. A qualificação depende dessa relação documentável entre compromisso, prática e vantagem, e não apenas da intensidade de nossa reprovação. Quando os registros conservarem somente a imputação feita por um adversário, falaremos em acusação de hipocrisia e examinaremos suas condições de produção.

O vocabulário dos documentos e a linguagem que utilizamos para interpretá-los ocupam posições distintas na análise. Quando um texto chama alguém de hipócrita, temos uma ocorrência de acusação: um agente classifica uma conduta, procura orientar sua recepção e mobiliza sentidos que precisam ser reconstituídos. Quando empregamos a categoria "hipocrisia" diante de um documento que não contém esse termo, assumimos a tarefa de demonstrar as relações que justificam a aproximação. Em ambos os casos, a definição deve produzir perguntas capazes de ser respondidas pela documentação.

A *Carta aos Gálatas* permite observar a primeira situação. Ao narrar o conflito de Antioquia, Paulo afirma que Cefas (Pedro), antes habituado a comer com gentios, se afastou deles por temor dos que pertenciam ao grupo da circuncisão. Acrescenta que outros acompanharam a conduta e que até Barnabé foi arrastado pela dissimulação. O versículo 13 emprega o termo ὑπόκρισις (*hypókrisis*). A censura relaciona uma alteração da convivência àquilo que Paulo apresenta como a verdade do evangelho e à pressão exercida sobre os gentios (Gl 2.11–14). A acusação se encontra formulada, com descrição de atos e atribuição de motivos, em um relato que preserva a perspectiva de Paulo, sem registrar a resposta de Cefas. O segundo capítulo retomará a passagem para examinar a organização da vida comunitária e os conflitos entre as próprias autoridades cristãs.

O capítulo XVIII de *O príncipe* oferece outra possibilidade de análise. Maquiavel distingue a posse de determinadas qualidades da aparência de possuí-las. Ele recomenda que o governante saiba apresentar-se como misericordioso, fiel, humano, íntegro e religioso, conservando a capacidade de agir de outra maneira quando as circunstâncias o exigirem. A discussão relaciona a eficácia do engano à aptidão para dissimular e à disposição daqueles que se deixam persuadir (Maquiavel 1908, cap. XVIII). A aproximação com nossa categoria decorre da articulação entre aparência moral, confiança e conduta. É essa relação que sustenta a interpretação, mesmo quando o termo hipocrisia não organiza o argumento do documento analisado.

O acompanhamento das ações no tempo permite muitas vezes distinguir incoerência, mudança de posição e exploração deliberada de uma aparência. Uma pessoa pode reconhecer uma norma e fracassar em cumpri-la, reconsiderar uma decisão ou enfrentar obrigações incompatíveis. A explicação dessas situações depende do que tal pessoa sabia, das alternativas disponíveis e dos compromissos que ela afirmava assumir. Na *Ética a Nicômaco*, Aristóteles diferencia a ação contrária à escolha, associada à incontinência, da disposição viciosa que permanece de acordo com uma escolha moralmente censurável. Ao tratar do abandono de uma resolução, o filósofo recorre a Neoptólemo, personagem do *Filoctetes* de Sófocles: persuadido por Odisseu a mentir, ele abandona a mentira que aceitara contar, porque dizer a verdade lhe parece uma ação nobre (Aristóteles, *Ética a Nicômaco* 7.8–9, 1150b29–1151b22). A mudança de posição de Neoptólemo interrompe o engano. Ele se mostra incoerente com o que prometera fazer, mas coerente com um valor: a verdade.

A história das palavras acrescenta ao exame da conduta o problema dos sentidos empregados para qualificá-la. Um vocábulo pode conservar a sua forma e mudar de sentido; práticas próximas podem receber nomes distintos; uma mesma palavra pode designar uma competência, uma qualidade ou um vício. A etimologia fornece relações importantes, cuja pertinência precisa ser verificada em cada enunciado. No terceiro livro da *Retórica*, Aristóteles emprega ὑπόκρισις (*hypókrisis*) ao discutir a execução do discurso, especialmente o uso da voz, da intensidade e do ritmo. A passagem aproxima oratória e representação dramática e reconhece a eficácia desses recursos diante do público (Aristóteles, *Retórica* 3.1, 1403b20–35). Traduzir o termo por "hipocrisia", atribuindo-lhe a condenação moral corrente em português, faria desaparecer o objeto técnico da discussão aristotélica.

DRAFT

O primeiro capítulo acompanhará a família lexical da palavra "hipocrisia" para mostrar como interpretação, atuação e execução do discurso se relacionam e se diferenciam. A competência apreciada em um ator podia servir de acusação contra um orador, dependendo de quem estabelecia a comparação e do público ao qual se dirigia. A invectiva, a comédia e a reflexão filosófica davam à aparência funções distintas. A passagem de uma técnica a uma suspeita constitui um acontecimento de linguagem e de julgamento, cuja explicação depende das convenções que autorizam ou desqualificam cada desempenho.

A palavra latina *persona* exige atenção semelhante. Em *De officiis*, Cícero utiliza a linguagem das *personae* ao tratar da natureza racional compartilhada pelos seres humanos, das disposições individuais e das posições recebidas ou escolhidas na vida. O desempenho de um papel participa da avaliação do dever e da conduta apropriada às circunstâncias (*De officiis* 1.107–121). O exame de *simulatio* e *dissimulatio* seguirá o mesmo cuidado: produzir uma aparência e ocultar uma informação são operações cujos objetos e efeitos precisam ser identificados. Quem guarda um segredo, quem representa um personagem e quem solicita confiança mediante uma falsidade estabelece relações diferentes com os seus interlocutores. Preservar essas diferenças é uma tarefa da tradução e da análise dos sentidos produzidos pelos discursos.

Nos textos bíblicos, os vocabulários da hipocrisia são examinados neste livro nas situações em que qualificam práticas e intenções. Em Mateus 6.1–18, as advertências sobre esmola, oração e jejum atribuem relevância ao público diante do qual se procura reconhecimento. A censura aos ὑποκριταί (*hypokritaí*, "hipócritas") envolve a finalidade conferida à prática religiosa e a recompensa buscada por sua exibição. A esmola pode ter sido dada e a oração, pronunciada. O problema alcança a relação entre o ato, a intenção que o texto lhe atribui e o reconhecimento esperado. O segundo capítulo examinará essa configuração, os antecedentes da crítica profética e as diferentes maneiras de relacionar culto, justiça e vida comum.

A historicização desse vocabulário exige acompanhar também a sua recepção. O termo "fariseu" designa grupos e tradições cuja realidade histórica não se deixa reduzir à personagem moral produzida em controvérsias e repetida em sua transmissão posterior. Este livro distingue agentes históricos, suas representações textuais e os usos que transformaram a polêmica em classificação duradoura.

Sinceridade e autenticidade também serão examinadas em seus usos históricos. Lionel Trilling (1972, 1–2) situa a importância moral adquirida pela congruência entre aquilo que se declara e aquilo que se sente, chamando a atenção para as circunstâncias em que essa exigência ganha força. A investigação da autenticidade acrescenta o problema da relação do sujeito consigo mesmo e com os papéis que lhe são oferecidos. No decorrer do livro, esses vocabulários aparecerão em debates religiosos, na escrita de si, na crítica das convenções e na apresentação pública da identidade. A circulação modifica os seus usos: uma palavra mobilizada para contestar a conformidade pode acabar solicitando novas formas de conformidade.

A interioridade e a expressão das emoções

A investigação precisa delimitar o que pode conhecer das intenções e da vida interior. Os documentos permitem examinar concepções de responsabilidade, decisões e relações entre compromissos e condutas; também registram as interpretações que os agentes oferecem de seus próprios motivos. Esses testemunhos exigem crítica. A atribuição de hipocrisia deve apoiar-se nas relações demonstráveis entre apresentação moral e ação, sem pressupor acesso retrospectivo a todos os desejos e pensamentos de quem agiu.

A História Cultural, ao se aproximar das emoções e das sensibilidades, encontra experiências socialmente constituídas e historicamente enunciadas. Os sujeitos aprendem formas de compreender a si mesmos, recebem vocabulários para nomear os seus afetos e se defrontam com expectativas acerca de sua expressão. Uma confissão, uma carta amorosa ou um relato de arrependimento tornam a interioridade comunicável em condições determinadas. A sua análise pergunta como o sujeito

DRAFT

organiza aquilo que diz de si, que interlocutores pressupõe e que consequências essa exposição pode produzir. O acesso histórico à interioridade passa por essas mediações, cuja presença constitui parte do objeto.

Na carta a Pompeu Saturnino, Plínio, o Jovem, discute a conveniência de publicar um discurso relacionado à dedicação de uma biblioteca e à própria munificência. Teme que a divulgação faça sua iniciativa parecer vaidosa e atribui à elaboração do discurso a capacidade de fortalecer a disposição generosa, evitando o arrependimento que poderia seguir uma liberalidade impensada. Distingue a glória que acompanha a ação daquela que se transforma em seu objetivo principal (*Epístolas* 1.8.2–15). O caso permite examinar documentalmente a coexistência de benefício público, formação de disposições e reconhecimento. A presença de uma vantagem reputacional, isoladamente, não demonstra exploração enganosa da confiança.

Os relatos autobiográficos acrescentam a esse exame o trabalho da memória: acontecimentos anteriores são reorganizados a partir do momento em que o sujeito fala de si. Nas *Confissões* (10.3.3–4.6), Agostinho pergunta como os seus interlocutores poderiam saber se ele diz a verdade sobre si. Ele relaciona a confiança dos seus leitores à caridade e atribui à exposição dos pecados passados a finalidade de estimular a esperança na misericórdia divina. O texto apresenta seus destinatários e os efeitos que ele pretende produzir neles. Essa configuração participa daquilo que o documento permite conhecer sobre as condições de sua enunciação: a memória, a linguagem religiosa e a relação com os leitores integram o testemunho. A voz próxima de quem fala de si possui história e forma.

No capítulo “O emplasto”, de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, Machado de Assis distribui os motivos de um mesmo projeto entre públicos diferentes. Brás Cubas apresenta ao governo uma justificativa cristã e humanitária para o medicamento que imagina inventar, admite aos amigos as vantagens pecuniárias e confessa ao leitor o desejo de notoriedade (cap. II). O projeto conserva o seu nome enquanto muda de explicação conforme a plateia. O narrador não oferece prova da eficácia do remédio; ele encena a administração das justificativas e da própria franqueza. A morte lhe ofereceu uma excelente ocasião editorial para desmascarar a si mesmo.

Quentin Skinner ajuda a estabelecer uma distinção necessária entre os motivos psicológicos atribuídos a um autor e a intenção reconhecível em sua intervenção. Compreender uma enunciação exige investigar como ela deveria ser entendida e quais convenções tornavam reconhecíveis ações como justificar, acusar, persuadir e ironizar (Skinner 1969, 45–49). O exame dessa ação comunicativa permite reconstruir uma parte daquilo que o agente realiza ao falar ou escrever. Cartas, tratados e postagens serão acompanhados em suas versões, relações com os destinatários e respostas suscitadas. A análise ganha consistência pela articulação entre enunciado, situação e efeitos de circulação.

O professor prepara a aula, o juiz regula a maneira de ouvir e falar, o enlutado participa de ritos e o orador ensaia um discurso. Essas práticas incluem trabalho sobre o corpo e a linguagem, sem que por isso constituam fingimento moral. A questão é identificar quando o domínio da expressão sustenta uma pretensão de confiança incompatível com as práticas de quem a reivindica. O trabalho expressivo pode realizar um compromisso, protegê-lo em circunstâncias adversas ou servir para encobrir sua violação. A documentação deve permitir distinguir essas possibilidades; o caráter aprendido de um gesto e a divergência entre intenção e resultado não bastam para atribuir hipocrisia.

Erving Goffman (1959, 1–16) examina a informação que os participantes de uma interação apresentam e interpretam e a produção de impressões que organiza seus encontros. Sua contribuição permite compreender o desempenho social como parte das relações ordinárias. No teatro, o público reconhece a convenção pela qual um ator representa um personagem. Em um tribunal, sinais de probidade e imparcialidade respondem a outras expectativas. A avaliação deve identificar o compromisso que cada situação autoriza o público a reconhecer e os recursos de que ele dispõe para verificar seu cumprimento.

Scheer (2012, 214–215, 218–220) investiga as articulações entre corpo, aprendizagem e situação, incluindo as maneiras de avaliar a expressão de uma emoção. Nos documentos, lágrimas, hesitações e tons de voz podem ser convertidos em argumentos sobre o caráter. O primeiro capítulo examinará

DRAFT

a fisiognomonia antiga; o segundo, lágrimas e discernimento religioso; o quarto, rubor e mentira; o sétimo, a leitura automatizada das emoções. A comparação incide sobre procedimentos específicos de interpretação do corpo. A recorrência do rosto como suposta prova não demonstra a identidade dos sistemas que o avaliam.

Chamaremos de regimes de sinceridade as articulações entre normas, sinais reconhecidos, práticas de avaliação e autoridades que definem como alguém deve demonstrar a verdade de seus compromissos. A expressão é um instrumento de análise deste livro. Permite acompanhar ambientes que exigem espontaneidade e autocontrole, incentivam a expressão de convicções e delimitam a intensidade aceitável de sua manifestação. As tensões oferecem critérios concorrentes para julgar os outros e justificar a si mesmo. No universo digital, veremos que a exigência de parecer espontâneo pode gerar um trabalho minucioso sobre a própria apresentação. Até o improviso passa a ter bastidores, que precisam ser considerados.

As fontes e a construção da prova

A documentação deste livro foi produzida em situações nas quais frequentemente se procurava reconhecer a falsidade, ensinar a identificá-la ou defender alguém contra uma acusação. Tratados morais, sermões e manuais de conduta classificam motivos e oferecem sinais; processos judiciais organizam perguntas e respostas; cartas e autobiografias constroem relações com destinatários. A leitura começa por situar cada documento, identificar sua linguagem e reconstruir a intervenção que realiza. O *corpus* documental permite acompanhar comportamentos, critérios de avaliação e disputas sobre a maneira de conhecer os agentes.

Uma prescrição registra a conduta que seus formuladores procuraram orientar, exigir ou impedir. Sua repetição pode decorrer da cópia de modelos, da continuidade de uma controvérsia, da tentativa de reforçar a disciplina ou da recorrência da prática censurada. O confronto entre redações, condições de circulação e outros registros permite examinar essas possibilidades.

Processos judiciais e inquisitoriais reúnem vozes em relações desiguais. As perguntas delimitam o assunto; testemunhas respondem sob condições específicas; escreventes selecionam; autoridades classificam. O registro conserva informações sobre o conflito e sobre os procedimentos que lhe deram forma. Uma confissão deve ser examinada em relação às alternativas de resposta, às ameaças e às mudanças ocorridas durante o interrogatório. Na carta em que consulta Trajano sobre os cristãos, Plínio relata interrogatórios reiterados, ameaças de suplício e atos de culto utilizados como critérios para avaliar as negativas dos acusados. Registra também a tortura de duas mulheres escravizadas, chamadas *ministrae* (*Epístolas* 10.96.3–8). A fonte documenta a produção institucional de sinais de convicção e a maneira pela qual o magistrado apresenta sua própria atuação.

A concordância entre relatos deve ser examinada em suas condições de produção. Duas testemunhas podem repetir um rumor, e uma narrativa tardia pode reproduzir um texto anterior. Muitas vozes podem conservar uma só origem. Tucídides narra que um mensageiro de Pausânias abriu a carta que deveria entregar e encontrou nela a ordem de sua própria morte. Segundo a narrativa, os éforos, ainda desejosos de confirmação, ouviram escondidos a conversa entre o mensageiro e Pausânias (*História da Guerra do Peloponeso* 1.132.5–133.1). O relato distingue denúncia, documento e confirmação oral. Para o historiador que lê essa passagem de Tucídides, porém, a carta e a conversa chegam pela mesma narrativa, deixando de ser relatos documentais independentes.

O relato do incêndio de Roma sob Nero é outro exemplo que permite reconhecer o que acontece quando versões distintas se acomodam em uma certeza familiar. Tácito declara incerta a causa do incêndio em Roma e apresenta versões que o atribuíam ao acaso ou à ação do imperador. Registra que Nero se encontrava em Âncio no início da catástrofe, menciona o seu retorno e as medidas de socorro, e apresenta como rumor a notícia de que o imperador teria cantado a destruição de Troia durante o desastre (*Anais* 15.38.1; 15.39.1–3). Suetônio atribui o incêndio a Nero e o descreve

DRAFT

cantando em traje cênico diante da conflagração (*Vida de Nero* 38.1–2). Esses relatos precisam ser examinados em sua formulação própria.

Segundo Tácito, Nero procurou afastar a suspeita que recaía sobre si atribuindo a culpa aos cristãos e submetendo-os a suplícios convertidos em espetáculo. O relato acrescenta que a crueldade suscitou compaixão, pois as vítimas pareciam sacrificadas à ferocidade de um indivíduo. Essa observação convive com a caracterização hostil dos cristãos feita pelo próprio historiador (*Anais* 15.44.2–5). Suetônio menciona a punição dos cristãos em outra passagem, sem relacioná-la expressamente ao incêndio (*Vida de Nero* 16.2). A imagem de um Nero incendiário, ator e acusador dos inocentes pode reunir elementos dessas tradições em uma sequência com mais certezas do que a análise da documentação autoriza. O erro a evitar está nessa transformação de versões e rumores em uma comprovação uniforme.

O conhecimento posterior do resultado também interfere na interpretação. Nos experimentos de Baruch Fischhoff, conhecer um desfecho aumentava a probabilidade retrospectivamente atribuída a ele e alterava a importância conferida às informações disponíveis. Os participantes tendiam a superestimar o que poderiam ter antecipado (Fischhoff 1975, 288, 297–298). A contribuição dessa pesquisa está em orientar o exame de uma certeza recorrente: a impressão de que tudo era evidente desde o início. Na investigação histórica, perguntaremos quem sabia o quê, desde quando, por quais meios e com que possibilidades de agir. Informações fragmentadas, temor de represálias e dependência podem explicar a demora de uma reação; a estratégia de engano também deve ser examinada quando a documentação a sustenta.

O problema muda quando os registros mostram uma reconstrução deliberadamente enganosa do que o agente sabia ou fazia: alguém oculta sua participação ou reivindica uma vigilância que sabia não ter exercido. A reconstrução retrospectiva passa então a sustentar uma posição moral enganosa. Distinguir esse caso da reorganização involuntária das lembranças permite investigar a responsabilidade do denunciante sem tomar toda memória equivocada como fraude.

Cartas, diários e autobiografias serão lidos a partir das relações que instituem. Uma carta familiar pode ter sido preparada para circular; um diário pode organizar exercícios de memória; uma autobiografia pode responder a acusações anteriores. Destinatários, versões e expectativas de conservação interferem no que se registra. A materialidade oferece dados para acompanhar essas relações: uma alteração, um corte editorial, a retirada de uma passagem e a republicação em um contexto diferente podem modificar o valor de uma declaração. No caso das postagens, o recorte que pretende demonstrar uma ação oportunista também pode, oportunamente, suprimir a explicação da mudança de posição.

Imagens e objetos podem ampliar o campo de observação de um historiador da hipocrisia. Um retrato oferece sinais de posição, uma caricatura pode reorganizar traços para desqualificar o seu alvo, uma máscara pode integrar uma prática cênica. Identificar sua materialidade, circulação e usos permite compreender o trabalho que realizam e os efeitos que exercem. A imagem do rosto duplicado documenta uma forma de representar a falsidade. Sua eficácia depende de convenções pelas quais o público reconhece a acusação. No percurso do livro, as imagens serão examinadas como participantes das disputas de reputação e dos modos de tornar a autoridade visível.

Os registros administrativos também classificam e produzem relações. Um formulário determina quais respostas serão reconhecidas; um relatório reúne experiências sob um nome; uma série de documentos pode estabilizar uma suspeita sem acrescentar observações independentes. Ann Laura Stoler (2002, 100–101) propõe examinar o arquivo colonial em sua articulação com tecnologias de governo, convenções classificatórias e critérios de credibilidade. Essa abordagem permite perguntar como o registro constitui a população sobre a qual pretende informar e como transforma avaliações em decisões administrativas. O sexto capítulo acompanhará, em outros contextos, o papel de formulários, relatórios e circuitos de informação na distribuição de responsabilidades.

Há pessoas cuja presença documental se limita ao momento em que foram acusadas, castigadas ou tratadas como propriedade. Saidiya Hartman examina os limites de recuperar vidas registradas por

DRAFT

meio da violência e a necessidade de reconhecer aquilo que a documentação não permite restituir (2008, 10–12). Essa reflexão torna particularmente exigente o uso de motivos e vozes atribuídos a sujeitos que não puderam registrar a sua própria interpretação dos eventos dos quais participaram. A lacuna deve permanecer identificável. Quando o *corpus* sustenta interpretações plausíveis, a narrativa pode formulá-las como hipóteses; quando conserva apenas a classificação produzida por quem dominava, a análise precisa tornar visível essa relação de poder.

A identificação de responsabilidades exige confrontar os documentos entre si e relacioná-los às condutas dos agentes. Uma carta pode registrar um plano, uma bravata, uma hipótese ou uma justificativa posterior. Um registro de pagamento pode documentar uma transferência sem esclarecer seu destino final e seus efeitos. A comparação entre comunicações dirigidas a públicos distintos, instruções de ocultação e registros de práticas pode sustentar a identificação de uma fraude. A exigência de prova encontra aí o trabalho realizável de autenticar os elementos, estabelecer a sequência e avaliar a relação entre eles. Uma confissão literal de hipocrisia teria interesse documental, mas o ofício do historiador não precisa ficar esperando que alguém acusado de ser hipócrita lhe escreva o prefácio.

Quando o objeto é uma instituição, a análise deve reconstruir responsabilidades distribuídas entre agentes, regras e circuitos de informação. Um resultado incompatível com a missão declarada pode decorrer de incapacidade, conflito de objetivos ou erro. A atribuição de hipocrisia exige demonstrar, além dessa incompatibilidade, como a apresentação moral conserva confiança, recursos ou isenção, enquanto decisões e procedimentos protegem práticas que a contradizem. Interessa saber quem podia conhecer o problema, decidir sobre ele, corrigi-lo ou impedir sua exposição. Essa investigação dispensa imaginar uma consciência única da organização e evita dissolver responsabilidades individuais na abstração de um sujeito coletivo.

O procedimento de leitura acompanhará a situação de produção do documento, o vocabulário empregado, a conduta descrita e os critérios que os relacionam. O confronto com outros registros permitirá avaliar alegações e mudanças na circulação da informação; o exame da recepção mostrará se a acusação foi acolhida, contestada, esquecida ou convertida em classificação duradoura. A linguagem da exposição conservará essas diferenças. Acusar, atribuir, divergir, corroborar e demonstrar indicam relações específicas entre afirmação e evidência. Adjetivos moralizantes não substituem as provas ausentes.

As referências aos textos antigos seguirão divisões convencionais, que permitem localizar as passagens em diferentes edições. Nas citações bíblicas, livro, capítulo e versículo identificarão o trecho; nos estudos modernos, autor, ano e páginas indicarão a discussão pertinente. Os termos gregos relevantes serão acompanhados de transliteração e tradução; as expressões latinas, de tradução ou comentário quando seu sentido exigir esclarecimento. A possibilidade de o leitor conferir os sentidos atribuídos às fontes faz parte do argumento deste livro: a referência deve conduzir à passagem mobilizada, e a tradução precisa evidenciar os pontos críticos dos quais dependem as análises propostas. As traduções feitas neste livro são do autor.

Credibilidade e relações de desigualdade

Nossa hipótese é que a força social de uma acusação de hipocrisia depende, em parte, da distribuição histórica da credibilidade. Miranda Fricker (2007, 1, 28) denomina injustiça testemunhal a situação em que um preconceito leva a atribuir ao testemunho de alguém menos credibilidade do que ele merece, destacando os déficits produzidos por preconceitos ligados à identidade social do falante. Essa formulação orienta o exame de quem precisa provar reiteradamente sua honestidade e de quem dispõe de uma presunção favorável. A recepção de um testemunho integra as relações que a pesquisa precisa explicar, inclusive quando a proximidade com os fatos não se converte em autoridade para os narrar.

DRAFT

Uma incoerência pode ser tolerada durante muito tempo e depois adquirir o estatuto de escândalo. O que mudou? Os públicos, a disponibilidade das provas, os compromissos reconhecidos, a capacidade de contestar quem ocupava uma posição de autoridade? A análise acompanhará a transformação das condições em que uma acusação encontra quem lhe dê ouvidos. Sua aceitação e sua procedência são questões relacionadas, cada qual com exigências de demonstração. Reconstruir a primeira ajuda a compreender a vida pública do julgamento; estabelecer a segunda permite avaliar o que os registros sustentam sobre a conduta examinada.

A capacidade de exigir explicações encontra-se desigualmente distribuída. O juiz interroga, o professor avalia, o empregador seleciona e o administrador classifica em condições historicamente específicas. Quem responde nem sempre pode discutir os critérios pelos quais será julgado. Uma história da hipocrisia deve acompanhar o poder de formular perguntas, o dever de respondê-las e os custos da recusa. A relação entre palavra e ato inclui as condições em que a palavra pode ser pronunciada. Uma declaração feita sob ameaça, uma deferência exigida por quem pode punir e uma promessa utilizada para obter prestígio possuem estruturas de ação diferentes, que precisam ser destacadas e interpretadas.

Na análise da escravidão, essas condições são decisivas. Registros de obediência ou gratidão precisam ser lidos à luz da violência e dos meios disponíveis para sobreviver a ela. A expressão pode ter sido exigida, negociada ou interpretada por quem a registrou a partir de expectativas que o agente não compartilhava. Uma análise que acompanha a coerção e as margens de ação deve procurar identificar os sentidos que a documentação permite recuperar. Quem vive sob a ameaça da exigência senhorial tem os sentidos de sua narrativa elucidados quando as condições de produção do discurso são consideradas e fazem parte do aparato crítico do método historiográfico.

Frederick Douglass oferece uma crítica que parte das relações concretas entre profissão religiosa e violência. No apêndice de sua autobiografia (1845, 118–119), ele distingue o cristianismo de Cristo da religião dos defensores da escravidão. Sua crítica confronta a pregação da moralidade e da santidade dos vínculos familiares com a exploração dos corpos, os castigos e a separação imposta às famílias escravizadas. A sua acusação identifica os compromissos reivindicados, as práticas e as pessoas atingidas pelos males da escravização. No quinto capítulo, essa intervenção ganhará lugar no exame das disputas sobre liberdade, religião e civilização, cujos termos foram profundamente questionados pelos sujeitos que a ordem escravista procurava subordinar.

Na mesma obra (Douglass 1845, 100–102), o ex-escravizado se recusa a fornecer todos os detalhes de sua fuga. Ele explica que revelar os pormenores de sua ação poderia comprometer outras pessoas e dificultar fugas futuras. Por essa razão, declara aceitar o risco de que o seu cuidado alimente suspeitas contra o seu relato. A sua crítica da opressão convive com o compromisso de proteger os meios de resistência. O direito do leitor à informação não é colocado por Douglass acima das pessoas cujas vidas poderiam ser atingidas pela sua curiosidade. Essa passagem permite compreender a responsabilidade do autor e mostra o que uma exigência abstrata de transparência pode deixar de enxergar.

O exame das relações de gênero acompanhará os contextos em que eloquência, contenção e expressão do sofrimento recebem valores diferentes conforme a posição de quem fala. Classe, condição jurídica e racialização participam igualmente da atribuição de credibilidade. Um registro pode aproveitar a informação de um subordinado e recusar-lhe autoridade para interpretar um determinado acontecimento. A seleção que separa essas duas capacidades se incorpora ao arquivo. A análise interseccional será mobilizada para reconstruir a articulação concreta dessas relações: a posição de uma mulher escravizada envolve trabalho, regime jurídico, violência e vínculos que limitam à força a sua capacidade de agir.

A possibilidade de denunciar tem uma história anterior à publicidade da acusação. Perda de renda, expulsão, punição e desqualificação da palavra ajudam a explicar por que uma denúncia demora a ser feita ou permanece restrita a círculos de confiança. Esses custos integram a avaliação do testemunho e das condições de preservação dos registros. A crítica deve confrontar as alegações

DRAFT

com as evidências disponíveis, sem utilizar a escassez documental produzida pela desigualdade como confirmação automática da versão dominante.

Édouard Glissant, ao refletir sobre o tema da opacidade (1997, 189–190, 193), reivindica o reconhecimento de uma singularidade em que a relação com o outro não implique reduzi-lo a uma inteligibilidade completa. Essa contribuição ajuda a limitar a pretensão de converter o conhecimento integral da vida de alguém em condição de seu reconhecimento. A exigência de prestar contas feita a alguém não disponibiliza a um interrogador as chaves da vida inteira do interrogado. Logo, é necessário considerar não apenas o objeto de uma informação, mas os direitos envolvidos, os efeitos da circulação de um relato e as condições em que ele foi produzido e divulgado. O sétimo capítulo voltará ao problema quando abordar a exposição pública da intimidade, que é colocada como um requisito da autenticidade ou como parte do preço exigido de quem formula um pedido de desculpas.

As relações coloniais tornam particularmente visível o poder de classificação exercido por autoridades que controlam as condições de reconhecimento dos sujeitos colonizados. Em um contexto religioso, por exemplo, diante de uma conversão qualificada como falsa, é preciso reconstruir as práticas exigidas como prova de veracidade, a comunicação dessas exigências e as possibilidades de recusá-las. Quem traduz uma conduta dispõe também de recursos para inseri-la em uma linguagem de fidelidade, inconstância ou dissimulação. A investigação acompanha como essa tradução se torna julgamento e como os sujeitos julgados se apropriam dos vocabulários disponíveis para contestar os seus avaliadores. A expansão missionária, examinada no terceiro capítulo, oferece algumas situações em que o catequizado passa a interrogar a conduta do seu catequista.

Eduardo Viveiros de Castro (1992, 21–74) examina a acusação missionária de "inconstância da alma selvagem" e o contraste entre a acolhida dos ensinamentos cristãos pelos Tupinambás e a ausência da adesão duradoura esperada pelos catequistas. A leitura exige perguntar quais compromissos os indígenas entendiam assumir e como interpretavam a transformação de suas relações. A retomada de práticas condenadas pelos missionários não autoriza, por si, a adoção de sua classificação como categoria histórica. As fontes registram também as expectativas e os limites de compreensão de quem as produziu.

As representações literárias das relações de subalternidade no Brasil permitem examinar as relações entre sentimento, dependência e cumplicidade. Em "O caso da vara", de Machado de Assis, Damião procura a proteção de Sinhá Rita depois de fugir do seminário. Comove-se com Lucrécia, menina escravizada, e pensa em protegê-la; mas quando Sinhá Rita exige a vara para castigá-la, ele entrega o instrumento, preservando o apoio de sua protetora (Assis 1899, 3–14). A compaixão pode ser real e ceder ao interesse pessoal. O episódio delimita, por isso, uma fronteira de nossa categoria: a falha moral é evidente na narrativa, mas o sentimento frustrado não basta para demonstrar que Damião utilizou uma aparência de solidariedade para obter confiança. A violência recai sobre Lucrécia, e a acomodação do rapaz se resolve à custa dela.

Esta investigação assume um compromisso com as experiências e as possibilidades de ação dos oprimidos. Examina tanto as práticas que exploram sua confiança quanto as acusações que os desqualificam ou procuram responsabilizar quem os domina. Esse compromisso orienta as perguntas às fontes: quem pôde registrar sua versão, quem foi reduzido a objeto do julgamento alheio e como os critérios de credibilidade participaram dos regimes de dominação? A responsabilização exige reconstituir as capacidades desiguais de constranger, ocultar informações, impor versões e contestá-las.

Tempos e espaços da investigação

O percurso deste livro concentra-se nas tradições mediterrânicas, europeias, atlânticas e brasileiras nas quais se formaram e circularam os vocabulários examinados, acompanhando as suas conexões com outros espaços quando a documentação permitir reconstruí-las. Esses lugares entram na análise por relações de circulação, conquista, tradução e contestação. A história ganha movimento

DRAFT

ao acompanhar os deslocamentos dos critérios de julgamento, das instituições que os aplicam e dos meios que lhes conferem eficácia. A organização diacrônica do livro acompanha, na longa duração, as mudanças desses critérios, das instituições e dos meios de produzir confiança.

Na longa duração, distinguiremos três relações. A transmissão histórica exige vestígios de circulação, recepção ou apropriação entre documentos e agentes. A comparação aproxima situações sem pressupor que uma descenda da outra. A transformação institucional diz respeito à mudança dos meios pelos quais compromissos são enunciados, verificados e sancionados. A recorrência de uma metáfora teatral, por exemplo, pode autorizar uma comparação; só evidências de circulação permitem afirmar sua transmissão. A cronologia do livro articula essas relações, sem tratar cada retorno da máscara como permanência de uma experiência idêntica.

Os sete capítulos constituem recortes argumentativos, com fronteiras abertas às relações necessárias à explicação. Uma controvérsia abolicionista pode exigir o retorno a vocabulários religiosos; uma instituição contemporânea pode remeter à formação de uma norma profissional. Cada recorte reúne agentes e práticas que podem sustentar compromissos concorrentes. Em cada recorte, a análise pergunta o que se modifica nos compromissos reconhecidos, nos meios de produzir confiança e nas possibilidades de contestá-la.

A experiência brasileira integra esse percurso como lugar de elaboração e disputa, em diálogo com outras experiências atlânticas. Machado de Assis, no Brasil, e Frederick Douglass, nos Estados Unidos, permitem interrogar relações distintas entre escravidão, respeitabilidade e compromissos morais. A comparação deve conservar essas diferenças, inclusive quando evidencia a aplicação seletiva de princípios apresentados como universais. Os contextos coloniais serão examinados também como lugares de produção de conceitos e de contestação das categorias impostas.

Alternamos a escala dos episódios com a das instituições e a da circulação dos discursos. Uma cena pode tornar visível uma tensão, mas a sua representatividade dependerá de outras relações demonstráveis. Uma série amplia o campo de observação e deve ser lida à luz dos mecanismos que selecionaram os seus registros. O argumento se construirá pelo vínculo entre as evidências reunidas. O objetivo é compreender como confiança, aparência e responsabilidade se organizaram em situações históricas específicas, e como certas formas de julgá-las se transformaram em referências para outros tempos.

O percurso dos sete capítulos

O primeiro capítulo, “A máscara antes do pecado”, acompanha a família lexical de *hypókrisis* e distingue resposta, interpretação, atuação e execução do discurso. O palco, a assembleia, o tribunal e a reflexão filosófica atribuem valores diferentes ao desempenho. A ironia socrática, a imitação e a fisiognomonia permitem examinar os critérios pelos quais se julgam aparência, conhecimento e caráter. No percurso romano, *persona*, *simulatio* e *dissimulatio* conduzem aos deveres, à adulação e à reserva sob o poder imperial. “Antes do pecado” assinala a prioridade expositiva conferida a esses usos gregos e romanos, e não uma época desprovida de crítica moral ou de concepções religiosas da falta. O capítulo inclui autores contemporâneos do cristianismo antigo; as tradições bíblicas examinadas a seguir possuem, por sua vez, antecedentes anteriores a vários desses testemunhos. A passagem entre os capítulos organiza problemas e corpus parcialmente sobrepostos, em vez de postular a substituição de uma civilização por outra.

O segundo capítulo, “Diante de Deus e a formação do julgamento sobre o hipócrita”, examina tradições judaicas e desenvolvimentos do cristianismo antigo. A crítica profética relaciona culto e justiça; as traduções aproximam, sem tornar equivalentes, vocabulários de impiedade, falsidade e hipocrisia. Os evangelhos e as cartas permitem estudar públicos, intenções atribuídas e conflitos comunitários. A análise distingue os fariseus históricos das figuras polêmicas produzidas nos textos e em sua recepção. Ascese, vanglória, lágrimas, confissão e discernimento mostram como a aparência de virtude se tornou objeto de procedimentos religiosos de avaliação.

DRAFT

O terceiro capítulo, “Reputação, corte e sobrevivência”, liga a exigência de confissão à proteção de seu segredo e acompanha juramentos, crédito, *fama* e investigação da heresia. Nos ambientes cortesãos, examina o autocontrole, a *sprezzatura*, a diplomacia e a dissimulação honesta. Reformas religiosas, conversões forçadas e práticas clandestinas situam a expressão da crença diante dos riscos da exposição. As missões e a expansão colonial deslocam a análise para as disputas sobre conversão, tradução e conquista. Os sujeitos cuja fé era examinada também aparecem como autores capazes de interrogar a conduta dos que pretendiam julgá-los.

O quarto capítulo, “O teatro da sinceridade”, acompanha os sinais de verdade pessoal entre a cultura barroca e as experiências revolucionárias. Cartas, diários e autobiografias permitem examinar a elaboração da intimidade; teatro e sátira distribuem entre personagens e públicos a capacidade de reconhecer o engano. A razão de Estado e a casuística discutem os limites da intenção e da responsabilidade. Na política revolucionária, imprensa, denúncias, certificados de civismo e legislação conferem consequências institucionais à avaliação dos sinais de virtude. A análise distingue a eficácia de uma acusação dos procedimentos que deveriam sustentar a sua prova.

O quinto capítulo, “A dupla moral do século XIX”, examina a respeitabilidade na cidade, na casa, no trabalho e no império. As normas de gênero, a filantropia, o direito e o escândalo mostram como a reputação organiza recursos e distribui exigências. O romance oferece formas de investigar narrativamente crédito, duplicidade e autojustificação. Autores negros e colonizados confrontam promessas de liberdade, religião e civilização com práticas escravistas e coloniais. Marx, Nietzsche e Freud acrescentam problemas distintos de produção social, genealogia dos valores e conflito psíquico, incluindo desdobramentos que ultrapassam o século XIX.

O sexto capítulo, “Massas, ideologias e imagens”, investiga cerimônias políticas, propaganda e repressão a partir de relações documentadas entre apresentação pública e decisões. Burocracias, papéis profissionais e o caso Challenger permitem reconstruir circuitos de informação e responsabilidade. Publicidade, relações públicas e comunicação empresarial ampliam a escala dos meios empregados para produzir credibilidade. A crítica das convenções e a comercialização da autenticidade mostram como a própria recusa do conformismo pode integrar repertórios de apresentação institucional.

O sétimo capítulo, “A máscara transparente”, examina a apresentação de si diante de públicos que se encontram e permanecem conectados. Trabalho emocional, cuidado e diferenças de posição social revelam os custos desiguais da disponibilidade expressiva. Pedidos de desculpas, privacidade e exposição da intimidade permitem discutir a relação entre prestação de contas e direito à reserva. Nas plataformas digitais, seleção, recomendação e conservação de conteúdos modificam a circulação das acusações. O exame de conteúdos sintéticos e de *deepfakes* considera tanto a fabricação de registros quanto o uso de sua possibilidade para desqualificar evidências verdadeiras.

As Considerações Finais retomam as distinções do livro e perguntam o que acontece depois da revelação: a denúncia interrompeu a prática, permitiu reparação ou apenas substituiu seus protagonistas? A cronologia e o léxico oferecem instrumentos para retornar aos contextos e aos usos dos termos examinados.

Crítica histórica e responsabilidade

A compreensão das condições em que uma acusação é produzida participa da avaliação dos atos e de seus efeitos. Uma prática pode causar dano, e a imagem moral de quem a realiza pode ampliar sua capacidade de atingir outras pessoas ao facilitar o acesso à confiança. Demonstrar essa relação exige identificar mecanismos, consequências e possibilidades de ação. A complexidade histórica se torna conhecimento quando permite explicar como uma violência foi praticada, tolerada ou contestada e quais compromissos seus agentes reivindicavam ao fazê-lo.

A advertência de Judith Shklar, colocada na abertura (1984, 69), delimita o alcance político da anti-hipocrisia. A denúncia pode desqualificar um adversário e mobilizar quem se considera

DRAFT

enganado, enquanto a organização da convivência continua a exigir critérios de governo e de responsabilidade. O reconhecimento da fraude participa desse trabalho, cuja realização envolve instituições, direitos e formas de limitar o poder. A autoridade de quem denuncia precisa permanecer submetida às exigências que tornou públicas. A queda de uma máscara não concede a quem a retirou o direito de governar sem rosto.

A validade de uma norma e a coerência de quem a enuncia constituem questões distintas, embora se encontrem nas disputas examinadas neste livro. A identificação de uma transgressão pode desautorizar a pretensão moral do agente sem refutar, por esse motivo apenas, o princípio que ele invoca. O apelo à liberdade, por exemplo, envolve tanto o conteúdo do princípio moral defendido quanto as condições em que seu defensor reconhece ou recusa a aplicação desse princípio aos demais. Uma contradição nesse apelo pode comprometer a autoridade do agente e oferecer razões para ampliar a prática que ele procurava restringir. É nesse trabalho de apropriação e contestação que muitos dos sujeitos estudados no livro transformaram a linguagem da ordem em recurso para criticá-la.

Depois da revelação, importa saber o que mudou. A denúncia interrompeu a prática? Possibilitou reparação? Alterou as condições que favoreciam o abuso? Uma reputação destruída pode deixar sem proteção quem sofreu um determinado dano, assim como o afastamento de um indivíduo pode conservar os procedimentos que sustentaram sua atuação. A responsabilidade precisa acompanhar a escala demonstrável da ação e as medidas capazes de atingir seus efeitos. O ruído da condenação informa sobre sua repercussão; a reparação exige observar o que aconteceu com as pessoas atingidas.

Essa exigência alcança a escrita histórica. O historiador seleciona problemas, interpreta registros e responde pela relação entre suas afirmações e as evidências que apresenta. Pode cometer erros, mentir e até agir de maneira hipócrita, inclusive quando reivindica o rigor de um ofício enquanto oculta deliberadamente documentos contrários à conclusão que oferece. O leitor tem razões para examinar também essa pretensão de credibilidade. As referências e a exposição dos procedimentos são formas de tornar a interpretação discutível e verificável. O livro que investiga os modos de fabricar confiança deve oferecer condições para que a confiança nele possa ser examinada.

Começaremos por práticas nas quais representar constituía uma tarefa reconhecida, acompanhando as condições em que a representação passou a servir como argumento de acusação. Encontraremos atores, oradores, devotos, cortesãos, pessoas escravizadas, missionários, escritores, governantes, trabalhadores e públicos que aprenderam a atribuir sentidos à conduta. A história do hipócrita seguirá junto da história de quem reivindicou o poder de reconhecê-lo. Entre o gesto e o julgamento, há instituições, linguagens, afetos e conflitos. É nesse espaço que este livro convida o leitor a entrar.

DRAFT